

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Negócios de Lulinha com Careca do INSS são nova dor de cabeça para Lula

“Filhos, porque qui-los,” diria Apparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, o humorista Barão de Itararé, parafraseando o ex-presidente Jânio Quadros. A frase ilustra o dilema político e moral dos presidentes que, no exercício do cargo, veem familiares cruzarem a linha tênue entre o público e o privado. No caso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Operação Sem Desconto e seus desdobramentos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS criam um novo cenário para a atuação do colegiado, corrosivo para a imagem do governo e de grande risco eleitoral, por causa do suposto envolvimento de seu filho Fábio Luís Lula da Silva com o operador central do esquema de desvio de recursos de aposentados e pensionistas, Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”.

A CPMI do INSS vinha sendo administrada com relativa tranquilidade pelo governo. A base aliada conseguiu impor maioria, controlar a pauta e barrar convocações consideradas sensíveis, como as do próprio Fábio Luís Lula da Silva e do irmão do presidente, Frei Chico, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, que entrou de gaiato no navio, ao assumir o cargo após o escândalo. A blindagem institucional pode não eliminar o desgaste eleitoral e político: quanto mais o governo atuar para conter o avanço da CPMI, maior será a impressão de que há algo a esconder, percepção que alimenta a narrativa da oposição e amplia o custo político do controle da comissão.

Criado em 27 de junho de 1990, o INSS é a fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Inicialmente, ele era uma autarquia vinculada ao então Ministério da Previdência e Assistência Social. Desde então, as fraudes se sucedem. Esse escândalo do INSS deixa no chinelo o caso mais famoso.

Jorgina de Freitas era procuradora previdenciária desde 1988. Em 1991, foi descoberto um grande esquema de fraude que desviou bilhões do INSS, no qual ela estava envolvida: um grupo de 20 pessoas forjava processos de indenização milionários. Jorgina fugiu em 1992, após ser condenada, e só foi capturada em 1998, na Costa Rica. Ela ficou presa por 12 anos, perdeu o registro da OAB e ainda foi obrigada a devolver R\$ 200 milhões aos cofres públicos. Solta em 2010, ela morreu em julho de 2022.

Agora, as investigações da Polícia Federal indicam um esquema nacional de descontos ilegais em aposentadorias e pensões do INSS, praticados entre 2019 e 2024, com prejuízo estimado em até R\$ 6,3 bilhões. Trata-se de um crime que atinge diretamente aposentados e pensionistas, público historicamente associado à base eleitoral de Lula e do PT. Isso torna o episódio duplamente perigoso: pelo volume financeiro envolvido e pelo simbolismo político da vítima. O governo tomou medidas efetivas para reembolsar os lesados, e a Polícia Federal investiga os envolvidos.

Filho de César

Estava tudo sob controle na CPMI, até aparecerem indícios de que Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, teria negócios que envolveriam Lulinha, inclusive com transferências financeiras vultosas, empresas no exterior e projetos comerciais sensíveis. Ainda que tais acusações não tenham sido comprovadas, a suspeita favorece a narrativa da oposição e produz efeitos midiáticos relevantes. É aquela história famosa da mulher de César, o grande imperador romano; não basta ser honesta, precisa parecer honesta.

O presidente Lula foi obrigado a vir a público dizer que “ninguém ficará livre”. Adotou uma postura institucionalmente correta, porém muito constrangedora: “Se tiver filho meu envolvido nisso, ele será investigado”, declarou. O que Lula pode fazer é separar o chefe de Estado do pai, reafirmar a autonomia da Polícia Federal e do Judiciário e demonstrar compromisso com a legalidade. É a única postura possível para quem tem o discurso da justiça social e do combate às desigualdades. Entretanto, não será fácil impedir convocação, quebras de sigilo e aprofundamento de investigações na CPMI que mirem Lulinha.

Essa é a grande dor de cabeça do governo. CPMIs não são apenas um instrumento de apuração factual; são arenas políticas, nas quais se digladiam governo e oposição, por meio de vazamentos seletivos e disputas simbólicas. A oposição encontrou uma oportunidade de associar a corrupção bilionária e os prejuízos a aposentados ao suposto favorecimento a familiares do presidente, narrativa de fácil comunicação com a opinião pública. Além disso, o envolvimento do senador Weverton Rocha, alvo de busca e apreensão, mostra que o caso não envolve apenas ex-gestores do INSS e entidades sindicais. Com parlamentares, a CPMI recupera densidade política.

FRAUDES NO INSS

Filho será investigado se estiver envolvido, diz Lula

Presidente assegura que PF vai apurar a participação de todos os implicados no roubo e afirma que, caso Lulinha tenha tomado parte nas ilegalidades, também será alvo

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Estadão Conteúdo



Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente: suposto envolvimento com Careca do INSS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assegurou, ontem, que a Polícia Federal tem autonomia para investigar as fraudes contra aposentados do INSS e que não há blindagem do governo a nenhum dos envolvidos no caso. O chefe do Executivo respondeu a perguntas, durante café da manhã com jornalistas, sobre a suposta ligação do filho dele Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, com Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS.

“Ninguém ficará livre. Se tiver filho meu metido nisso, vai ser investigado”, enfatizou o presidente. “Se tiver meu pai, que já morreu, não”, acrescentou.

O chefe do Executivo destacou que o governo se determinou a apurar com seriedade as irregularidades no INSS. “Todas as pessoas que estiverem envolvidas, diretamente ou não, serão investigadas pela Polícia Federal. Muitas das coisas estão em segredo de Estado. Eu sinceramente já li a respeito algumas notícias”, contou. “E eu tenho dito para os meus ministros, para as pessoas que participam da CPI: é importante que haja seriedade para que a gente possa investigar todas as pessoas envolvidas.”

Na sequência, o presidente criticou a prática criminosa de “expropriar o dinheiro do aposentado com promessas falsas”. E lembrou que muitos aposentados recebem o valor equivalente a

apenas um salário mínimo.

“Estou muito leve com relação a essas apurações. E eu não sei quem foi hoje (ontem), eu não sei quem a Polícia Federal visitou; não sei, porque eu tive já algumas reuniões importantes hoje. O que eu sei é o seguinte: quem estiver envolvido vai pagar o preço de estar envolvido com isso”, frisou.

Na nova fase da Operação Sem Desconto, deflagrada nesta quinta-feira, a Polícia Federal cumpriu mandados de busca contra a empresária Roberta Luchsinger, amiga de Lulinha. De acordo com as

apurações, a herdeira da família que fundou o banco Credit Suisse fazia parte do “núcleo político da organização criminosa” liderada pelo Careca do INSS.

A PF também revelou que o Careca enviou um total de R\$ 1,5 milhão para Roberta. Uma planilha apreendida comprova o pagamento de R\$ 300 mil para a empresa RL Consultoria e Intermediações Ltda., quantia que seria destinada, conforme as mensagens, ao “filho do rapaz”, possivelmente se referindo a Lulinha — que não foi alvo da operação. (Com Agência Estado)



Ninguém ficará livre. Se tiver filho meu metido nisso, ele será investigado"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Presidente da CPMI celebra

O presidente da CPI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), disse que é “absolutamente indispensável” a prorrogação dos trabalhos da comissão por mais dois meses. Nesse caso, se prorrogado, o colegiado, que tem prazo para a apresentação do relatório em 28 de março de 2026, pode ir até o mesmo dia de maio do próximo ano.

“É absolutamente indispensável a prorrogação da CPMI por mais 60 dias. Somente assim será possível aprofundar as apurações, rastrear patrimônio oculto, identificar todos os responsáveis e garantir justiça plena às vítimas”, afirmou Viana, ao comentar a nova fase da Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal ontem.

Viana celebrou as prisões realizadas nesta quinta-feira, caso de Romeu Antunes — filho de Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS — e de Éric Fidelis, filho do ex-diretor de benefícios do INSS André Fidelis, mas aproveitou o momento para denunciar o trabalho que ele atribui à base do governo em conter as investigações da CPI. Ele mencionou o caso de Gustavo Marques Gaspar, ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA). O senador foi alvo de busca e apreensão na operação da PF ontem.

Gaspar concedeu procuração a Rubens Oliveira Costa, apontado pela Polícia Federal como um dos operadores financeiros do esquema de descontos ilegais a aposentados.

A CPI pautou requerimentos para que Gaspar prestasse esclarecimentos à comissão. Eles acabaram rejeitados.

“Todos (os requerimentos) foram levados à votação por pelo menos três vezes e rejeitados pela base do governo. Em nenhuma dessas ocasiões, foi permitido que ele viesse prestar esclarecimentos”, disse.

Na nota, Viana também mencionou que foram barrados requerimentos para ouvir na CPI Adroaldo Portal, então secretário-executivo do Ministério da Previdência, ex-assessor de Weverton que foi preso nesta quinta.

É tempo de agradecer. Feliz 2026!

Chegar ao fim de mais um ano é reconhecer o que foi feito. O GDF investiu em infraestrutura para melhorar o funcionamento das cidades, com obras de pavimentação, drenagem, urbanização e mobilidade. Tudo isso para trazer melhorias concretas para a população e seguir avançando. GDF. Mais conquistas, mais oportunidades e mais motivos para acreditar.



SAIBA MAIS

